

PREFEITURA DO LAGOA DE ITAENGA
BALANÇO PATRIMONIAL
PERÍODO

Exercício de 2017

2 de 3

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO FINANCEIRO	439.630,46	1.248.859,09	PASSIVO FINANCEIRO (5.034.157,29)+ Restos não Processado(559.946,14)	5.594.103,43	5.715.267,25
ATIVO PERMANENTE	15.888.393,79	15.770.362,38	PASSIVO PERMANENTE	12.533.964,15	12.862.916,30
			SALDO PATRIMONIAL	-1.800.043,33	-1.558.962,08



PREFEITURA DO LAGOA DE ITAENGA

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2017)

Exercício de 2017

3 de 3

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO (CONTROLE)

ESPECIFICAÇÃO			ESPECIFICAÇÃO		
SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS (Contas do Grupo 811xxxxxx)	Exercício Atual	Exercício Anterior	SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS (Contas do Grupo 812xxxxxx)	Exercício Atual	Exercício Anterior
COMPENSAÇÕES	0,00	0,00	COMPENSAÇÕES	6.175.434,83	0,00
EXECUÇÃO DE DIREITOS CONTRATUAIS	0,00	0,00	EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	6.175.434,83	0,00
TOTAL	0,00	0,00	TOTAL	6.175.434,83	0,00



PREFEITURA DO LAGOA DE ITAENGA

ANEXO 14A - BALANÇO PATRIMONIAL

DEMONSTRATIVO DAS CONTAS ANALITICAS DO ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO

Exercício de 2017

Dezembro(31/12/2017)

1 de 1

ISOLADO:1 - PREFEITURA MUNICIPAL DO LAGOA DE ITAENGA

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	439.630,46	1.248.859,09	PASSIVO CIRCULANTE	5.034.157,29	5.715.267,25
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	377.312,90	1.248.859,09	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAI	2.846.952,49	0,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	377.312,90	1.248.859,09	PESSOAL A PAGAR	128.751,21	0,00
CONTA ÚNICA	377.312,90	1.248.859,09	PESSOAL A PAGAR	128.751,21	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	62.317,56	0,00	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	2.718.201,28	0,00
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	3.187,61	0,00	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	2.059.972,66	0,00
DEPÓSITOS ESPECIAIS	3.187,61	0,00	OUTROS ENCARGOS SOCIAIS	658.228,62	0,00
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	59.129,95	0,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	511.472,54	4.445.237,22
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO	58.755,15	0,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZ	511.472,54	4.445.237,22
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE I	374,80	0,00	PRECATÓRIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS - REGIME ESPECIAL	1.814,48	0,00
TOTAL	439.630,46	1.248.859,09	PRECATÓRIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS - REGIME ORDINÁRIO	1.373,13	0,00
			PRECATÓRIOS DE CONTAS A PAGAR - CREDORES NACIONAIS - REGIM	25.476,27	0,00
			FORNECEDORES NACIONAIS	482.808,66	4.445.237,22
			DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	1.675.732,26	1.270.030,03
			VALORES RESTITUÍVEIS	1.675.732,26	1.270.030,03
			OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	312.675,57	329.939,06
			CONSIGNAÇÕES	1.363.056,69	940.090,97
			EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	559.946,14	0,00
			EXECUÇÃO DE RP NÃO PROCESSADOS	559.946,14	0,00
			RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	559.946,14	0,00
			RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	559.946,14	0,00
			TOTAL	5.594.103,43	5.715.267,25



PREFEITURA DO LAGOA DE ITAENGA
ANEXO 14B - BALANÇO PATRIMONIAL
DEMONSTRATIVO DAS CONTAS ANALITICAS DO ATIVO E PASSIVO PERMANENTE

Exercício de 2017

Dezembro(31/12/2017)

1 de 1

ISOLADO:1 - PREFEITURA MUNICIPAL DO LAGOA DE ITAENGA

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	18.193,60	0,00	PASSIVO CIRCULANTE	35.063,87	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	740,00	0,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	35.063,87	0,00
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	740,00	0,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZ	35.063,87	0,00
ADIANAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL	740,00	0,00	PRECATÓRIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS - REGIME ESPECIAL	33.690,74	0,00
ESTOQUES	17.453,60	0,00	PRECATÓRIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS - REGIME ORDINÁRIO	1.373,13	0,00
ALMOXARIFADO	17.453,60	0,00	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	12.498.900,28	12.862.916,30
GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	3.581,30	0,00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS	12.498.900,28	12.862.916,30
MATERIAL DE EXPEDIENTE	13.872,30	0,00	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	12.498.900,28	12.862.916,30
ATIVO NÃO CIRCULANTE	15.870.200,19	15.770.362,38	INSS A PAGAR	12.498.900,28	12.862.916,30
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	2.006.724,95	2.010.590,15	TOTAL	12.533.964,15	12.862.916,30
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	2.006.724,95	2.010.590,15			
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	2.006.724,95	2.010.590,15			
IMOBILIZADO	13.863.475,24	13.759.772,23			
BENS MÓVEIS	4.847.916,16	4.791.952,98			
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	13.064,41	0,00			
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	18.593,80	0,00			
DEMAIS BENS MÓVEIS	4.816.257,95	4.791.952,98			
BENS IMÓVEIS	9.015.559,08	8.967.819,25			
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	47.739,83	0,00			
DEMAIS BENS IMÓVEIS	8.967.819,25	8.967.819,25			
TOTAL	15.888.393,79	15.770.362,38			



PREFEITURA DO LAGOA DE ITAENGA

ANEXO 14C - BALANÇO PATRIMONIAL

QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2017)

1 de 1

Exercício de 2017

ISOLADO:1 - PREFEITURA MUNICIPAL DO LAGOA DE ITAENGA

DESTINAÇÃO DE RECURSOS (Contas 82111XXXX)		SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
		ATUAL	EXERC. ANTERIOR
00	RECURSOS ORDINARIOS (ORDINÁRIO)	-3.716.343,05	0,00
001	Ordinario	-3.711.585,56	0,00
110	GERAL	-4.757,49	0,00
04	RECURSO PRÓPRIO (ORDINÁRIO)	-40.579,91	0,00
001	Ordinario	-40.579,91	0,00
06	RECURSO VINCULADO à EDUCAÇÃO (ORDINÁRIO)	-1.373.279,47	0,00
001	Ordinario	-1.295.973,51	0,00
200	EDUCAÇÃO	243.983,80	0,00
250	EDUCAÇÃO-FUNDEF	-195.547,77	0,00
251	EDUCAÇÃO-FUNDEF-MAGISTÉRIO	-125.741,99	0,00
14	FUNDEB (ORDINÁRIO)	16,84	0,00
250	EDUCAÇÃO-FUNDEF	16,84	0,00
TOTAL		-5.130.185,59	0,00





NOTAS EXPLICATIVAS

IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA

A Prefeitura Municipal de Lagoa de Itaenga é uma pessoa jurídica de direito público interno representando a entidade máxima de administração pública no município, sendo a sede do poder executivo, tendo autonomia política, administrativa, patrimonial e financeira.

Criado oficialmente como município por força de Lei Estadual, a Prefeitura Municipal surgiu inscrita sobre o CNPJ 11.097.250/0001-08, estando atualmente localizada na Rua 21 de Abril, 01, Centro de Lagoa de Itaenga, representando entidade máxima na administração pública no referido município, sendo a sede do poder executivo.

Atualmente, segundo dados do IBGE de 2017, o município de Lagoa de Itaenga conta com 21.388 habitantes e sua economia baseia-se agricultura e pecuária, além de pequenas indústrias. Nesse cenário a Prefeitura Municipal é responsável por legislar sobre os assuntos de interesse local, suplementando a legislação federal e estadual no que couber, além de instituir e arrecadar os tributos de sua competência.

Mais importante que a função reguladora e disciplinadora em nosso município, a Prefeitura Municipal tem a função de criar o bem-estar da população, oferecendo a todos sem distinção o acesso a serviços públicos de educação, saúde, assistência social, cultura, cuidar e proteger a infraestrutura arquitetônica e ambiental do município, mediante ao ordenamento e planejamento territorial.

A estrutura administrativa e operacional da prefeitura é composta por um quadro de 1.090 servidores contratados por meio de concursos públicos, processos seletivos e nomeação direta, estes das mais variadas áreas de formação profissional. Para divulgação de informações a sociedade se utiliza do portal <http://www.itaenga.pe.gov.br/> e <http://pemmac.dcfiorilli.com.br:8078/transparencia/>.

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Diretrizes Contábeis - O Balanço Geral da Prefeitura do Município de Lagoa de Itaenga integra a Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Lagoa de Itaenga e refere-se às ações governamentais executadas pelas diversas Secretarias e Fundos da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, integrantes do Orçamento Fiscal.

No ano de 2008, foi publicada a Portaria do Ministério da Fazenda nº 184, de 25 de agosto de 2008, que dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no Setor Público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. A partir dessa portaria, a Secretaria do Tesouro Nacional começou a introduzir mudanças na contabilidade pública no sentido de promover, de forma gradual, a convergência às Normas Internacionais de



Contabilidade publicadas pela *International Federation of Accountants* – IFAC, instruções e Plano Contas do Sistema de Auditoria Eletrônica do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, respeitados os aspectos formais e conceituais estabelecidos na legislação vigente.

As demonstrações que compõem o Balanço Geral do Município, foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/64, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal; da Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal;

Lei 672/2016 de 08/09/2016, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2017;

Lei 674/2017 de 03/01/2017, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual de Lagoa de Itaenga para o exercício de 2017;

Do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional, bem como das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16) e outras normas que regulam o assunto.

Para a contabilização da execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social foram utilizados critérios constantes do art. 35 da Lei n.º 4.320/64.

Para divulgação de informações a sociedade se utiliza do portal <http://www.itaenga.pe.gov.br/>

A contabilização do exercício de 2017 foi feita no Sistema de Contabilidade Pública Integrado – SCPI na maioria dos órgãos, ficando apenas a Câmara Municipal que se utiliza de outro sistema. Considerando o exercício econômico o ano-calendário, e todos atendem as normas e legislações em vigor. As demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas estão apresentadas com valores expressos em reais.

O Balanço Geral da Prefeitura Municipal, referente ao exercício financeiro de 2017 está composto pelas seguintes demonstrações: Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, pela Demonstração das Variações Patrimoniais, Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstrativo dos Fluxos de Caixa, exigidos pela Lei nº 4.320/64 e complementado por Notas Explicativas.

RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

CRITÉRIOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Aspectos Gerais das Demonstrações Contábeis

As estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN nº 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP).

A elaboração das demonstrações contábeis das IPCs tem por base as contas contábeis do modelo de Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) aplicável à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, estendido pelo Plano de Contas Contábil do TCE/PE.



Créditos a Curto Prazo

Créditos são valores a receber integrantes do ativo, que são reconhecidos como resultado da confirmação das características essenciais para reconhecimento como ativo. No contexto, são oriundos de tributos a receber (reconhecidos no momento do lançamento fiscal).

Perdas Estimadas de Créditos a Curto e Longo Prazo

Considerando que é inerente aos créditos algum risco de não recebimento, NBCASP 16.10 prevê que as perdas referentes a esses riscos sejam estimadas e reconhecidas em conta de ajuste, a qual deve ter seu saldo reduzido ou anulado quando deixarem de existir os motivos que deram causa à sua constituição. Porém, apresentou grau de dificuldade de recebimento e seu histórico de recebimento de créditos apontou que, em média, para a arrecadação de Impostos e Taxas e a Dívida Ativa inscrita 25% dos valores reconhecidos no ativo são posteriormente recebidos sem a necessidade de procedimentos adicionais de cobranças. Portanto, permiti concluir que o risco de não recebimento de seus créditos é de apenas 75%, durante os três últimos anos.

Dívida Ativa - Curto e Longo Prazos

A segregação da dívida ativa em curto e longo prazos foi realizada mediante a metodologia sugerida pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, expedido pela Secretaria do Tesouro Nacional, que prevê que o montante a ser registrado em curto prazo seja estimado pelo dobro da média anual de recebimentos efetivos dos últimos três exercícios. O longo prazo abriga o restante do estoque de créditos inscritos em dívida ativa.

Dívida Ativa - Ajuste a Valor Recuperável

Em decorrência do elevado grau de incerteza no recebimento dos valores inscritos em dívida ativa, utilizou-se no ajuste a valor recuperável a técnica sugerida pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, baseada no histórico de recebimentos passados.

Ativo Imobilizado

A Ativo Imobilizado é avaliada inicialmente segundo seu custo de aquisição, estando em processo uma reavaliação de seus itens.

Depreciação, Amortização e Exaustão

Os ativos imobilizados adquiridos a partir de 1º de janeiro de 2014 foram depreciados de acordo com o MCASP, o método de depreciação refletiu o padrão em que os benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços do ativo devem ser consumidos pela entidade. Vários métodos de depreciação podem ser utilizados para alocar de forma sistemática o valor depreciável de um ativo ao longo de sua vida útil, não sendo exigido que todos os bens sejam avaliados pelo o mesmo método, portando o método utilizado foi de cotas constantes, que se utiliza de taxas de depreciação durante a vida útil do ativo, caso o seu valor residual não se altere. Os bens adquiridos anteriormente à data base de início da depreciação somente terão iniciada a depreciação/amortização/exaustão quando forem reavaliados.



Estoques

Estoques são ativos sob forma de materiais ou suprimento a serem consumidos no processo de produção ou empregados na prestação e serviços e, ainda, os mantidos para venda ou distribuição no curso normal das operações do município. No reconhecimento inicial, os estoques são mensurados e avaliados com base no valor de aquisição, custo de produção ou custo de construção, devendo ser computados ou outros custos incorridos necessários para trazer os estoques à sua condição e localização atuais. O critério contábil para elaboração deste balanço, está relacionado a última aquisição de material de consumo datado no último dia útil do exercício de 2017, reconhecendo assim, que o almoxarifado confirma a entrada deste material. Valendo destacar, que o município não há sistema de controle de estoque.

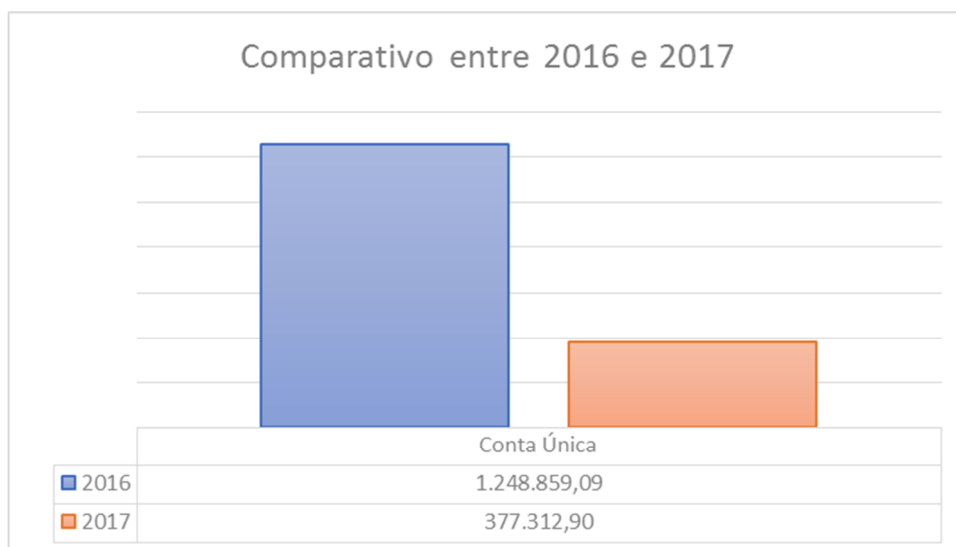
BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial evidencia a situação patrimonial do município em 31 de dezembro de 2017. Mediante sua observação, é possível conhecer qualitativa e quantitativamente a composição dos bens e direitos (ativos), das obrigações (passivos), e dos capitais, reservas e resultados acumulados (patrimônio líquido) deste Ente da Federação.

Por exigência dos novos modelos da Secretaria do Tesouro Nacional e do Novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP, convencionou-se que os ativos se segregam em circulante e não circulante, por outro lado, firmou-se que os passivos se segregam também em circulante e não circulante. Por fim, são também apresentados o Patrimônio Líquido e o grupo de contas de compensação.

1. Ativo Circulante – Caixa e Equivalente de Caixa

Essa conta compreende o somatório dos valores em bancos conta movimento, aplicações, fundos de aplicação e poupança. Os valores são conciliados e os valores em não conformidade são registrados em relatório próprio para ajuste em momento oportuno. Veja no gráfico sua composição:





2. Ativo Circulante – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Compreende Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados, e Outros Créditos a receber, com a seguinte disposição:

Crédito a Curto Prazo	Valor
Adiantamentos Concedidos	R\$ 740,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	R\$ 3.187,61
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo	R\$ 59.129,95
Total de Créditos a Curto Prazo	R\$ 63.057,56

3. Ativo Circulante – Estoques

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, conforme disposto no inciso III, art. 106 da Lei 4.320/64. As informações do valor dos estoques finais constantes no Balanço Patrimonial são provenientes dos respectivos sistemas de almoxarifados da Prefeitura Municipal.

Estoques	17.453,60
-----------------	------------------

4. Ativo Não Circulante – Ativo Realizável – LP

A conta Créditos a Longo Prazo é representada em grande parte pela Dívida Ativa Tributária e Não Tributária da Prefeitura, que é constituída por impostos vencidos e não pagos no exercício, compreendendo Principal, Juros, Multa e Correção Monetária.

Os créditos inscritos em Dívida Ativa, embora gozem de diversas prerrogativas jurídicas que ampliem significativamente as possibilidades de cobrança, apresentam por certo, grande probabilidade de conterem em sua finalidade créditos que não se realizarão. Em 2017, foram realizados, por parte do setor de tributação, ajuste de perdas para essa dívida, para melhor evidenciar o patrimônio público municipal.

Dívida Ativa	Valor
Dívida Ativa Tributária	R\$ 2.006.724,95
Total de Dívida Ativa da Prefeitura	R\$ 2.006.724,95

5. Ativo Não Circulante – Imobilizado

Os bens móveis são reconhecidos inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção, incluídos os custos de compra, impostos recuperáveis e outros custos necessários para colocar o bem em uso ou funcionamento. Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro do bem do ativo imobilizado são incorporados quando houver a possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços.



O Conselho Federal de Contabilidade estabeleceu critérios e procedimentos para o registro contábil de depreciação no setor público, com adoção de forma obrigatória para os fatos ocorridos a partir de janeiro de 2010, conforme disposto na Norma Brasileira de Contabilidade – NBC T 16.9.

No exercício de 2017 o setor de patrimônio da Prefeitura cursa um levantamento de todos os bens móveis e imóveis do município, seu cadastro cartográfico e posterior registro no sistema integrado de contabilidade, que trará os valores reais ao Balanço. Diante do grande volume de bens móveis e imóveis a serem reavaliados e com base na NBC T 19.6, não foi possível concluir a reavaliação de todos os bens da mesma conta, sendo que esse registro será feito ao término da reavaliação.

Conta	Valor
Bens Móveis	R\$ 4.847.916,16
Bens Imóveis	R\$ 9.015.559,08
Total do Imobilizado	R\$ 13.863.475,24

6. Passivo Circulante – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar – CP

Esta conta compreende as obrigações a vencer ao longo dos doze meses subsequentes a data do balanço, nesse exercício foram contabilizadas as provisões.

6.1. Passivo Circulante – Fornecedores e Contas a Pagar – CP, e Demais Obrigações – CP

O grupo **Pessoal a Pagar** é compreendido as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito.

O grupo **Encargos sociais a Pagar**: Compreende as obrigações das unidades relativas a despesas incorridas e não pagas, em benefício de seus servidores, empregados e familiares, compulsoriamente ou não, incluindo aquelas que se destinam ao financiamento da seguridade social de responsabilidade do poder público e as demais contribuições sociais.

O grupo **Fornecedores e Contas a Pagar – CP**, é representado pelos diversos empenhos liquidados, cujo vencimento se dará no exercício subsequente, anteriormente denominados de “Restos a Pagar Processados”. Compreende também parcela a vencer, de Precatórios a pagar, reclassificados do Longo Prazo para o Curto Prazo e contrapartida do Ativo Circulante, relativo aos depósitos efetuados em conta vinculada ao TJ/PE, que aguardam informações de pagamentos para futura baixa contábil.

O grupo **Demais Obrigações a CP** é composta pelas contas de Consignações, Depósitos e Cauções, Outros Depósitos, Outros Valores Restituíveis, outras obrigações de Exercícios Anteriores e Outras obrigações a CP.



Conta	Valor
Pessoal a pagar	128.751,21
Encargos Sociais a pagar	2.718.201,28
Fornecedores a pagar	546.536,41
Demais Obrigações a CP	1.675.732,26
Total do Passivo Circulante	5.069.221,16

7. Passivo Não-Circulante

O passivo não -circulante compõe com contas de obrigações que não tem natureza financeira, nos termos da Lei nº. 4.320/64, e, ao mesmo tempo, atendem à definição de longo prazo (LP), nos termos da NBC T 16.6, tais como: Pessoal e Encargos a Pagar de CP, Fornecedor a Pagar de CP, Financiamento a Pagar de CP e Precatórios a Pagar de CP, todos ainda não empenhados, mas cujo fato gerador incorreu fundamentado no princípio contábil da Competência.

O passivo não circulante monta em R\$ 12.498.900,28, sendo composto de parcelamento de dívida com:

CONTA	VALOR
INSS	R\$ 12.498.900,28
TOTAL DA DÍVIDA PARCELADA	R\$ 12.498.900,28

8. Patrimônio Líquido

O resultado acumulado no exercício foi deficitário de R\$ 1.240.097,19, sendo do exercício um superávit no valor de R\$ 318.864,89, Resultados de exercícios anteriores deficitário no valor de R\$ 1.558.962,08, esses resultados foram fortemente influenciados pelos ajustes de adequação da contabilidade aos moldes internacionais. Como relevante podemos citar as provisões de perdas com Dívida Ativa, bem como depreciações e registro de despesas por competência como 13º salário, férias, etc.

9. Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

O quadro de Superávit/Déficit Financeiro corresponde ao valor que poderá ser usado para suplementar as despesas por superávit financeiro do exercício anterior, conforme previsto no inciso I, § 1º, Art. 43 da Lei Federal nº 4.320/1964. A informação é apresentada por recurso vinculado.



DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente relatório buscou retratar com clareza e objetividade as informações apresentadas nas demonstrações contábeis, bem como seus resultados do período de janeiro a dezembro de 2017, buscando o máximo de transparência aos usuários das informações. E para qualquer outro esclarecimento necessário, a contadoria municipal, responsável pela elaboração do presente relatório, ficará à disposição.

MARIA DAS GRAÇAS DE ARRUDA SILVA
Prefeita Municipal

JOÃO PAULO DE MEDEIROS
Responsável pelo Controle Interno

J. ICLAIR VIANA S. FILHO
Contador CRC PE nº 021930/O-0